

**ADAPTAÇÕES DE ACESSO AO CURRÍCULO E MATERIAIS DIDÁTICOS COMO
OPORTUNIDADE EQUITATIVA DE APRENDIZAGEM AOS ALUNOS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS**

***ADAPTATIONS OF ACCESS TO THE CURRICULUM AND TEACHING
MATERIALS AS AN EQUITATIVE LEARNING OPPORTUNITY FOR STUDENTS
WITH SPECIAL NEEDS***

Leonara Celes Evangelista¹

Fabiana Vigo Azevedo Borges²

RESUMO

No Brasil a educação é declarada como direito de todos (BRASIL,1998), inclusive das pessoas com necessidades especiais. Diante desta realidade, se faz necessário a construção de um ambiente inclusivo que possibilite situações reais de aprendizagem e desenvolvimento a esses indivíduos por meio da Educação Especial e pelas adaptações de acesso ao currículo, principalmente as relacionadas aos materiais didáticos utilizados pelos professores como instrumento de trabalho pedagógico, oportunizando ao aluno a possibilidade de acompanhar as atividades trabalhadas em sala de forma equitativa. Desta maneira o presente trabalho após uma retomada histórica, discussão de conceito importantes e apontamento de algumas adequações necessárias ao processo de inclusão, tem como objetivo: analisar uma prática inclusiva, identificar estratégias de adequações didáticas e obter a perspectiva docente a respeito do projeto inclusivo e essas adaptações, para isso realizamos uma investigação de natureza qualitativa, com caráter exploratório descritivo, por meio de observação da prática docente e entrevista com uma professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os dados coletados foram analisados com base em autores como: Goffredo (1999), Aranha (2000), Mantoan (2000), Garcia (2007), Heredero (2010), Garcia (2011).

¹ Graduada em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: leonara.celes@gmail.com

² Professora Doutora em Educação, atuante no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: fabianavigo@hotmail.com

Palavras-chave: Adaptação de acesso ao currículo, estratégias didáticas inclusivas, Inclusão, oportunidades equitativas de aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

"Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças"
MARIA TERESA EGLÉR MANTOAN

A educação é um direito de todos os cidadãos, conforme é garantido pela Constituição Federal Brasileira(1988) em seu art. 205, e como afirma Mantoan (2000, p. 3): "O princípio democrático de 'educação para todos' só se evidencia nos sistemas educacionais em todos os alunos e não apenas em um deles", isto significa que o sistema de ensino deve atender sem distinção a todos os indivíduos, inclusive aqueles com necessidades especiais, que demandam do sistema educacional um atendimento que ofereça suportes e subsídios para o seu desenvolvimento dentro do ensino regular.

Neste sentido, a inclusão é um processo garantido legalmente, que prevê a construção de um projeto educativo que respeite plenamente todos os alunos, oferecendo oportunidades equitativas de aprendizagem e desenvolvimento. Este projeto se inicia especialmente pela modalidade de Educação Especial, que prevê a efetivação de uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais regulares (BRASIL- MEC/SEESP, 2001) e dessa forma garantir o oferecimento da Educação Básica para todos os alunos.

Além da garantia de educação para todos, a regulamentação federativa também diz que o atendimento educacional aos alunos com alguma deficiência deve ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Entretanto, observamos na realidade educacional brasileira, muita dificuldade em efetivar o projeto educativo inclusivo, seja pela falta de capacitação profissional dos docentes para desenvolver o trabalho de inclusão ou pelos obstáculos de conteúdos diante dos materiais didáticos disponíveis, principalmente os inerentes a recursos que oportunizem o aumento de capacidades funcionais do aluno, considerando que eles são importante instrumentos para o desenvolvimento do trabalho do docente

promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. Assim, concordamos com Garcia (2011), quando defendem que os materiais didáticos representam uma importante mediação entre o docente, os alunos e o currículo a ser ensinado e aprendido.

Considerando a formação docente, podemos destacar que os professores precisam estar amparados para contribuir com o projeto de inclusão e segundo Goffredo (1999, pág.68), “é indispensável uma reforma na formação dos professores, que precisam aprender a identificar e atender às necessidades especiais de todas as crianças, jovens e adultos, portadores ou não de deficiência”. Além de profissionais capacitados, observamos a ausência de professores dispostos a lidar com a diversidade existente dentro das salas regulares, a avaliar o que precisa ser modificado, adaptar intervenções, situações e atividades didáticas e a buscar novas estratégias para a educação dos alunos que foram incluídos.

Diante deste contexto, a discussão a respeito do tema sobre adaptações e a análise do desenvolvimento de estratégias didáticas para a construção de uma educação inclusiva com acesso curricular é pertinente, pois permite observar uma experiência educacional inclusiva, visualizando estratégias didáticas e adaptações de materiais para alunos com necessidades educativas especiais, que consideram as suas limitações e especificidades, facilitando o acompanhamento dos conteúdos trabalhados no ambiente escolar e trazendo como consequência o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Neste sentido, a presente pesquisa destaca as estratégias diferenciadas de pequeno porte e as adaptações de materiais didáticos como instrumentos que permitem aos alunos com necessidades especiais o acesso ao currículo, desenvolvidas pelo professor do Ensino Fundamental dentro do ensino regular e que após a observação de uma prática inclusiva, buscou:

- Identificar estratégias didáticas e adaptações de materiais para alunos com necessidades educativas especiais;
- Obter a perspectiva docente a respeito do projeto inclusivo e sobre as adequações;
- Investigar no contexto escolar a importância dada a tais adaptações para que os alunos com necessidades especiais possam ter acesso e acompanhar a sala regular dentro de suas limitações, habilidades e especificidades;

- Analisar as dificuldades que os profissionais da sala regular possuem para realizar a adaptação dos materiais;
- Compreender o efeito da adaptação de materiais dentro do processo de ensino dos indivíduos incluídos.
- Verificar se os profissionais são capacitados para o desenvolver esta ação inclusiva.

Para isso realizamos uma pesquisa de campo, com a coleta de dados feita pela observação da prática docente e pela entrevista com uma professora da rede municipal de Ensino Fundamental. A participante foi indicada pela a equipe gestora da escola, considerando a experiência com a adaptação de materiais e estratégias diversificadas, utilizadas com alunos de inclusão. A entrevista seguiu um roteiro estruturado com 10 (dez) questões abertas e dissertativas, seguido de 15 (quinze) horas de acompanhamento e observação do trabalho docente, para a análise de tais adaptações e as estratégias.

Os dados foram analisados diante do referencial teórico adotado, considerando as respostas à entrevista e a observação do trabalho docente. Foi realizada uma análise qualitativa do conteúdo das questões abertas e dissertativas, buscando, assim, compreender o significado dos dados coletados, permitindo a observação da perspectiva da docente sobre o assunto, concluindo assim o trabalho.

Para apresentar a pesquisa, o trabalho foi dividido em três partes, no qual foi abordado inicialmente o surgimento da educação inclusiva no Brasil e sua perspectiva atual, seguido das recomendações pedagógicas e orientações teóricas sobre a adaptação de materiais e estratégias de acesso ao currículo e por fim, a apresentação da realidade prática por meio da observação e a perspectiva docente a respeito do assunto.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: RETOMADA HISTÓRICA, CONCEITOS E TERMOS IMPORTANTES

As pessoas com algum tipo de deficiência, segundo os relatos históricos, eram vistas como incapazes, fardo para tribo, família e sociedade ou até fruto de um pecado e considerado como castigo pelos olhos da religião (SILVA, 1987). A forma como viam esses indivíduos gerava sentimentos negativos em relação a eles, tais como: incômodo, medo, indiferença, vergonha, invalidez e como consequência esse grupo

minoritário era marginalizado e afastado do convívio social, sendo atendidos em instituições como hospícios, hospitais, asilos, etc.

No âmbito educativo não era diferente, eles eram colocados à margem da educação, assistidos por instituições separadas da rede regular de ensino, com cunho assistencial e segregacionista, porém com o surgimento em todo mundo de discussões, debates, declarações e legislações a respeito do assunto, surge no Brasil a necessidade da criação de uma educação que atendesse as necessidades deste público e de todos os outros grupos minoritários, possibilitando a inserção desses indivíduos dentro da rede regular e oferecendo oportunidades de acesso e permanência educacional.

Obedecendo a uma ordem cronológica dos fatos, para uma melhor análise do surgimento da discussão sobre o projeto inclusivo no país, iniciaremos com uma das primeiras iniciativas de integração das pessoas com deficiência, datada em 12 de setembro do ano de 1854, com a criação do chamado Imperial Instituto dos Meninos Cegos, situado no Rio de Janeiro, que em 1891 ficou conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC).

Três anos depois, em 1857 surge também na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, conhecido atualmente como Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), que oferecia educação moral, intelectual e religiosa para indivíduos deficientes auditivos femininos e masculinos.

Em 1926 por inspiração dos pensamentos do pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi é criado o instituto Pestalozzi no Rio Grande do Sul, que tinha como objetivo atender as pessoas com deficiências intelectuais. O pensamento ganhou força no Brasil com a chegada da profissional da educação e psicóloga Helena Antipoff, que trouxe para o âmbito educacional o termo “excepcional” para se referir a crianças com algum tipo de deficiência intelectual, após toda a influência foram criados diversos outros institutos por todo o país, como nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

E a partir da determinação dos próprios pais de crianças excepcionais, nasce em 1954 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais conhecida pela sigla APAE, cujo o intuito é de oferecer assistência social para o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida aos indivíduos com deficiência.

Desta forma, é possível observar que diversas iniciativas foram tomadas para que fosse possível diminuir a exclusão de pessoas com necessidade especiais da

sociedade, além das citadas, inúmeras outras surgiram com o mesmo objetivo, porém apesar de possuírem a intenção de oferecer oportunidades de desenvolvimento para indivíduos com deficiência, essas iniciativas ainda sustentavam o caráter assistencial e segregacionista. Entretanto, há pouco essa interpretação evoluiu para uma ação mais abrangente, que prevê o desenvolvimento pleno por meio de diversos estímulos, sustentados pelo conceito de Educação Inclusiva.

A evolução desta interpretação nos leva a avanços significativo recentes como a criação do Atendimento Educacional Especializado – AEE que é o “serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008). Este atendimento é um atendimento complementar que é organizado institucionalmente com o intuito suplementar os serviços educacionais regulares oferecidos.

Em 2014 a criação do Plano Nacional da Educação – PNE, LEI N° 13.005 que determina diretrizes, metas e estratégias para políticas educacionais no período de 10 (dez) anos. Trazendo como meta para a educação especial:

Meta 4: universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014)

A criação da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015. Art.27), que assegura em sua redação o direito ao atendimento das pessoas com deficiência, por meio de um sistema educacional de inclusão, durante todos os níveis de aprendizagem e ao longo de toda a vida com o objetivo de alcançar o máximo desenvolvimento possível de suas habilidades, considerando as individualidades, interesses e necessidades do indivíduo com deficiência (BRASIL, 2015).

Esses avanços sustentados pelo pensamento da criação de um sistema educacional inclusivo nos levam a definir dois termos, Educação Inclusiva e Educação Especial. Embora serem facilmente confundidos, possuem significados diferentes, porém correlacionados, sendo a Educação Inclusiva todas e quaisquer atitude tomada com o objetivo de incluir os grupos minoritários dentro dos estabelecimentos de ensino regular, sem distinções, sejam elas culturais, sociais, políticas, características físicas ou questões de gênero e a Educação Especial compreendida como uma modalidade

de ensino, destinada ao atendimento exclusivo de pessoas com algum tipo de deficiência, transtorno global de desenvolvimento ou altas habilidades, como apresentado no documento de Leis de Diretrizes e Bases (LDB) na Lei 9394/96 em seu Art. 58:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, art.58, 1996)

Dentro deste contexto, surge também a necessidade do desenvolvimento de uma educação que atendesse essa clientela dentro do sistema regular de ensino. Tema abordado pela Declaração Salamanca em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, apontando em seu texto a necessidade da implementação de um sistema educacional inclusivo:

Nós, [...] reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. (SALAMANCA, 1994)

No Brasil o asseguramento deste tipo de atendimento além de estar presente na Lei da LDB de nº 9394/96 já citada anteriormente, também é encontrada no documento da Constituição Federal (1988) que garante o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1988. Art. 208, Inciso III)

Este atendimento é destinado as pessoas que apresentam deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação e segundo a Resolução CNE/ CEB Nº 02/01 são definidos também como indivíduos que manifestam “dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento” (BRASIL, 2001, p.19).

A efetivação do projeto de uma Educação Inclusiva, por meio da modalidade de Educação Especial se dá pela criação de um ambiente pedagógico não segregacionista, pelo desenvolvimento de atitudes inclusiva e oferecimento de oportunidade de acesso a situações educacionais regulares, que atenda a todos os indivíduos sem exceções, possibilitando o desenvolvimento pleno de suas capacidades e habilidades, levando em conta a existência de possíveis limitações e dificuldades, exigindo da instituição escolar que recebe esses indivíduos,

transformações tanto físicas e estruturais quanto pedagógicas, para atender e disponibilizar oportunidades de ensino e acesso ao currículo, tratando-o como igual em relação ao direito de acesso educação e considerando suas diferenças, oferecendo oportunidades equitativas de ensino e aprendizagem .

Mediante a este pensamento, é preciso discorre sobre dois conceitos importantes para o desenvolvimento deste trabalho. O primeiro é o conceito de igualdade, difundido por todo o mundo pela Revolução francesa do século XVIII e encontrado em importantes documentos intercorrentes ao marco histórico, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e presente também na Lei Federal brasileira (1988), observando o Art. 5º do referido documento, encontramos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

O conceito de igualdade quer dizer que não há diferenciação, quando ligado a relação entre indivíduos, todos os sujeitos da ação possuem o mesmo valor, são julgados e interpretado diante do mesmo ponto de vista, neste caso, perante a mesma lei. Ou seja, todos sem distinção ou critério de exclusão, gozam igualmente dos mesmos direitos e deveres. Porém, sabemos que apesar da Lei Maior garantir o princípio de igualdade, ainda existem inúmeras desigualdades sociais, econômicas e educacionais, esta realidade nos leva a discutir o outro conceito, o da equidade que significa adaptar a regra a um caso específico, ou seja, adaptar à realidade atual, de forma a se tornar mais justa, completando e oferecendo subsídios.

E porque a abordagem de tais conceitos é essencial? É essencial porque nos ajuda a compreender no âmbito educacional o direito igual de todos ter acesso à educação, relacionado a necessidade de oferecer oportunidades equitativas de ensino e acessibilidade ao currículo para os alunos com necessidades especiais e perceber que: assegurar o oferecimento educacional aos alunos inclusos é um grande passo para o desenvolvimento da Educação Especial, entretanto, somente garantir o direito de frequentar o ensino regular não é o suficiente para se desenvolver um sistema educacional inclusivo.

É indispensável que muitas atitudes sejam tomadas no âmbito educacional para que seja possível garantir educação para todos, tais como: construir um ambiente educacional preparado para receber o aluno de inclusão, promover adaptações

pensando tanto na estrutura física e arquitetônica, disponibilizando barras, rampas de acesso e banheiros adequados, quanto na estrutura pedagógica, oferecendo subsídios por meio de adaptações no desenvolvimento de metodologias, materiais e práticas de inclusão e desta forma ofertar oportunidades equitativas de aprendizagem e assim, possibilitar a acessibilidade tanto física quanto pedagógica, transformando a presença desse aluno em sala, de mera oportunidade de interação social para parte integrante do processo de ensino e aprendizagem.

3- A EDUCAÇÃO ESPECIAL: PRÁTICAS DE ADAPTAÇÕES INCLUSIVAS E MATERIAIS DIDÁTICOS

Como destacamos acima o Brasil está em construção do processo inclusivo e observamos significativos avanços, considerando as primeiras iniciativas de inclusão e as políticas vigentes. Porém, analisando o sistema educacional, o país não pode ser conceituado como modelo ideal de educação inclusiva, pois notamos ainda a existência de inúmeras barreiras para implementação de um projeto não excludente. Apesar dos avanços, é inegável que ainda há o que ajustar para que os alunos com deficiência sejam totalmente incluídos e compreendidos como parte integrante do processo educativo. Para que isso se consolide é indispensável que se utilize as adaptações de acesso ao currículo, para a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento e aprendizagem do aluno incluído.

Entendemos por adaptações de acesso ao currículo “o conjunto das intervenções que são realizadas espontânea ou intencionalmente, tornando o currículo apropriado, dinâmico, alterável, com possibilidades de ampliação” (BRASIL,2002), objetivando resultados e respostas às necessidades educacionais dos alunos incluídos amenizando a discrepância entre o que se almeja do projeto inclusivo e a atual realidade.

Sendo assim, indicamos conforme Heredero (2010, p.200) que “as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios”. Esses critérios vão desde a observação dos objetivos de aprendizagem, até a avaliação, levando em consideração as formas de organização do ensino que são mais eficazes para o processo de aprendizagem do aluno com necessidades especiais.

Essas adaptações são conhecidas como adaptações de grande e pequeno porte, conforme defende Aranha (2000), ou adaptações significativas e não significativas como apresentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil,1999). Aranha (2000a) define como sendo as adaptações de grande porte todas as modificações realizadas por instâncias acima do professor, com teor político-administrativo, como as desenvolvidas na estrutura física da escola por exemplo e por adaptações de pequeno porte todas as modificações realizadas no currículo, que são desenvolvidas pelos professores como alternativas pedagógicas para o trabalho dentro das salas de aula para promover o desenvolvimento dos alunos (Aranha, 2000b).

Tal ação é atribuída aos professores como funções, que buscam ofertar ao educando com necessidades especiais a possibilidade de acessar a todos os componentes do currículo regular. Estas funções podem ser sintetizadas basicamente em:

- criar condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com necessidades especiais na sala de aula;
- Favorecer os melhores níveis de comunicação e de interação do aluno com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar;
- favorecer a participação do aluno nas atividades escolares;
- atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários;
- adaptar materiais de uso comum em sala de aula;
- adotar sistemas alternativos de comunicação, para os alunos impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação;
- favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade, de menos valia, ou de fracasso (ARANHA, 2000b, p. 10 e 11).

Em consonância com as funções citadas e para complementa-las, Aranha (2000) apresenta ainda que as adaptações de responsabilidade exclusiva do professor podem ocorrer nos objetivos, conteúdos, método de ensino e organização didática, nas avaliações e na temporalidade (ARANHA, 2000b, pág.23-29) e ainda apresenta sugestões de como realizar esses ajustes em cada categoria.

Nas adaptações relacionados aos objetivos, a referida autora nos indica que o professor pode “**priorizar determinados objetivos**” possibilitando ao docente “investir mais tempo, ou utilizar maior variedade de estratégias pedagógicas na busca de alcançar determinados objetivos, em detrimentos de outros, menos necessários, **numa escala de prioridade**” (ARANHA, 2000b, pág.23. Grifos da autora)

considerando o repertório já adquirido pelo aluno e a importância do objetivo determinado em seu desenvolvimento e aprendizagem.

Referente aos conteúdos a serem trabalhados, eles são definidos pelo plano de ensino, porém é da competência do docente priorizar, tipos, áreas e unidades de conteúdo, reformular sua sequência e ainda eliminar conteúdos secundários, assim como aprestado pela autora:

[...] a **ordem** em que o conteúdo e suas subdivisões são apresentados, a **prioridade** que o professor dará às diferentes unidades, áreas, itens e subitens do plano de ensino, bem como a **ênfase** que dará a um item do conteúdo, em detrimento de outro, **é de sua competência decidir, sempre em função das necessidades especiais presentes.** (ARANHA, 2000b, pág. 24. Grifos da autora)

Aranha (2000b) define a adaptação metodológica e didática como um “**procedimento fundamental**” (ARANHA, 2000b, pág. 24. Grifo da autora) na prática pedagógica, de forma a atender a maneira que cada um aprende, a autora ainda apresenta a necessidade de individualizar o ensino, sugere o uso variado de atividades, seu nível de complexidade e adaptações de materiais (ARANHA, 2000b, p. 24-28).

A respeito das avaliações, nos mostra que elas podem receber adaptações tanto na técnica de avaliar quanto no instrumento para tal feito e ainda nos aponta alguns desses ajustes:

- utilizar diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades de expressão dos alunos;
- possibilitar que o aluno com severo comprometimento dos movimentos de braços e mãos se utilize do livro de signos para se comunicar, em vez de exigir dele que escreva com lápis, ou caneta, em papel;
- possibilitar que o aluno cego realize suas avaliações na escrita braille, lendo-as então, oralmente, ao professor;
- nas provas escritas do aluno surdo, levar em consideração o momento do percurso em que ele se encontra, no processo de aquisição de uma 2ª língua, no caso, a língua portuguesa. [...] (ARANHA, 2000b, p. 28-29).

E por último Aranha (2000b) nos mostra as adaptações na temporalidade, abrindo ao professor a possibilidade de definir o tempo que vai trabalhar com determinados objetivos e conteúdos nos apresentando exemplos concretos de sua aplicação:

O professor pode organizar o tempo das atividades propostas, levando-se em conta que atividades exclusivamente verbais tomarão mais tempo de alunos surdos. Por outro lado, atividades exclusivamente escritas é que tomarão mais tempo para alunos cegos. Atividades que exigem abstração, como por exemplo, unidades no estudo da matemática, demandarão não somente mais tempo, como também maior frequência

de suporte para os alunos com deficiência mental. (ARANHA, 2000b, p. 30).

Todas as categorias apresentadas a cima buscam adaptar o sistema educacional as condições, características peculiares e as necessidades do aluno que foi incluso, buscando proporcionar uma experiência educacional de qualidade, oportunizando o desenvolvimento e aprendizagem significativa desses indivíduos.

Neste sentido, observamos que se torna fundamental a criação de um ambiente propício para a aprendizagem do aluno, que ofereça acessibilidade a estrutura física (quando necessário) e também oportunize o acesso do educando especial a todos os aspectos do currículo regular e de acordo com esse pensamento também apontamos a necessidade de disponibilizar materiais e atividades didáticas adaptadas às necessidades e peculiaridades do aluno de inclusão com objetivo de aproximar esse aluno dos conteúdos trabalhados e possibilitar o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que as atividades pedagógicas e os materiais e atividades didáticas são vistos como importantes instrumentos norteadores do desenvolvimento da prática pedagógica e para o desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos, pensamento sustentado pela fala de Garcia (2011) quando aponta que os materiais didáticos são “artefatos incorporados ao trabalho escolar” e que eles “contribuem para estabelecer algumas das condições em que o ensino e a aprendizagem se realizam e, nesse sentido, eles têm uma grande importância” (GARCIA,2011)

Diante desta realidade, Cordeiro (2017) afirma que os professores precisam estar preparados para receber os alunos com necessidades especiais e fazer “adaptações de materiais quando necessário, para que eles, também, possam participar ativamente do processo de aprendizagem” (CORDEIRO, 2017, p.13). Complementando este pensamento, Aranha (2000) ressalta a importância de o docente implementar atividades didáticas alternativas ou complementares para atender as necessidades destes alunos.

Muitas vezes, para responder efetivamente às necessidades educacionais especiais de alunos, faz-se necessário modificar nossos procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas que havíamos originalmente planejado. (ARANHA, 2000b, p. 26)

Desta forma compreendemos a importância de adequar os materiais didático utilizados no ensino regular como ferramenta do trabalho do professor, entendemos também que tão função é atribuída ao docente da sala regular como alternativa de proporcionar o aluno incluído a possibilidade de acesso curricular e oportunidade equitativa de ensino e aprendizagem.

4 A REALIDADE PRÁTICA: OBSERVAÇÕES E PERSPECTIVAS DOCENTES

Diante do contexto apresentado anteriormente, do surgimento da educação inclusiva e as adaptações necessária para viabilizar sua implementação, principalmente a adaptação curricular e de materiais e atividades didáticas para oportunizar o acesso do aluno de inclusão aos conteúdos trabalhados em sala, é indispensável apresentarmos a realidade observada em nossa pesquisa.

A pesquisa foi realizada numa escola pública da rede municipal de ensino, no interior de São Paulo, que atende crianças de classe social média. Nesta escola observamos uma professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental, indicada pela equipe gestora, como uma profissional docente que oferece aos alunos de inclusão oportunidades de aprendizagem por meio de adequações de acesso ao currículo e que já teve experiência com múltiplas deficiências durante a sua carreira, possuindo no momento do estudo, um aluno com necessidades especiais diagnosticado com autismo, matriculado no 1º ano, que ainda não se apropriou do Sistema de escrita Alfabético.

Em nossas observações³ destacamos que a prática inclusiva ocorre por meio de adaptações de atividades escolares, materiais didáticos de apoio, flexibilização curricular e metodológicas e que objetivam o desenvolvimento das habilidades do educando, considerando as dificuldades apresentadas pelo mesmo, para possibilitar o acesso ao currículo regular e conseqüentemente desenvolver sua aprendizagem, visto que o currículo é a base norteadora do processo de educação que indica aos participantes qual caminho percorrer.

Tais adaptações ocorriam diariamente, pois o aluno apresentava dificuldades de acompanhar os conteúdos regulares trabalhado em sala, as modificações eram

³ As observações em sala de aula foram realizadas no período de fevereiro e início março de 2020, antes da Pandemia condicionada pelo COVID 19, que impossibilitou o contato social, deliberando estado de quarentena no Estado de São Paulo, pelo Decreto Nº 64.881, de 22 de março de 2020. Justificamos que a estudante realiza um trabalho na referida instituição o que possibilitou desenvolver as observações das práticas de ações inclusiva da professora em questão.

realizadas pela própria docente, orientadas pela professora da sala de recursos e aplicadas com o auxílio da cuidadora⁴ da criança e aconteciam de diversas formas tanto na modificação da própria atividade proposta para todos quanto no desenvolvimento de atividades suplementares.

Durante o afastamento pela COVID-19⁵ a professora passou a realizar aulas e orientações remotas. Com isso, o trabalho com as adaptações de acesso ao currículo continuou sendo oferecido e desenvolvido pelos familiares da criança.

Alguns exemplos de adaptações observadas foram:

- Uso de ficha de comunicação alternativa: com imagens para organizar a rotina;
- Atividades complementares estruturadas que continham um número menor de elementos, com figuras ampliadas e levavam em consideração o repertório do aluno.
- Utilização de estímulos pessoais: uso de personagens que o aluno apresentava muito apreço, por exemplo em uma atividade de matemática onde era preciso identificar a quantidade de elementos, ela utilizava figuras que chamavam a atenção dele, para alcançar esse objetivo;
- Uso de recorte e colagem como substituto de atividades de escrita;
- Cartazes que trabalham a emoção;
- Uso de reforço positivo como incentivo a realização das atividades: oferecendo presentes;
- Tempo de aula reduzido.

Além das atividades adaptadas a professora direcionava o local que o aluno sentava, indicando sempre as carteiras da frente da sala de aula para facilitar a participação do aluno. Sobre as intervenções, observamos que a professora dava destaque nominal de forma carinhosa, direcionando sua atenção ao conteúdo trabalhado, bem como, se dirigia regularmente à sua carteira para verificar a realização das atividades e oferecer explicações adicionais, orientando o trabalho da cuidadora que o acompanhava.

Foi observado que a participação do aluno durante o desenvolvimento das metodologias pedagógicas era ativa, visto que era levado em conta as limitações, dificuldades, preferências e o repertório adquirido anteriormente pelo aluno, a consideração de tais peculiaridades foi possível, pois havia uma comunicação

⁴ A criança possuía uma cuidadora específica que aplicava as atividades adaptadas pela professora.

⁵ Afastamento permitido pelo decreto municipal da cidade de Palmares Paulista nº 26, de 23 de março de 2020.

significativa entre a atual professora, a família e os outros profissionais que atendiam o educando.

Este aspecto também foi observado na entrevista, quando a participante destaca que é essencial a comunicação com a cuidadora e com a família, segundo ela *“escola, professor, aluno e família é um todo e precisam estar alinhados para a aprendizagem ocorrer bem.”* (professora A). O intercâmbio na comunicação é realmente essencial, pois como apresenta Piaget: *“este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos.”* (PIAGET, 2007, p.50)

Adaptar os materiais e atividades didática é essencial, essa prática é sustentada por algumas concepções, já que de acordo com a professora tal atitude é *“um dos meios de inserir as crianças, com alguma deficiência na rede regular de ensino”* e que o professor deve *“sempre procurar estar adaptando as atividades e situações de acordo com o que você está ensinando para os outros alunos, para que essas crianças não venham ter perdas”* flexibilizando o currículo de acordo com as peculiaridade deles, como nos diz Garcia: o currículo deve se adaptar às crianças e não o contrário (GARCIA, 2007, p.16) oportunizando a estes alunos com necessidades especiais o acesso aos conteúdos trabalhados.

A Profissional oportuniza acessibilidade curricular por meio de adequações, adaptando os conteúdos desenvolvidos em sala e por meio de práticas pedagógicas que percebe surtir efeitos positivos no desenvolvimento do aluno incluso, pois nos afirma que *“quando a gente trabalha de acordo com a realidade do aluno, levando sempre em consideração as habilidades e dificuldades dele, você obtém resultados.”* Esse pensamento pode ser sustentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais que nos orienta a *“adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola”* (BRASIL, 1998).

Apesar da profissional docente considerar em seu planejamento e práticas as especificidades do aluno com necessidades especiais, ela nos confidencia que nem sempre as atividades que são planejadas e adaptadas a ele, alcançam os objetivos almejados: *“Muitas vezes você prepara a atividade e percebe que ela não está de acordo com a realidade daquele dia, então você tem que procurar outros meios e adaptar aquilo que está trabalhando.”* E ainda diz que o professor tem que se

reinventar diante das dificuldades que surgem durante a aplicação do que foi planejado e que *“Se nada disso funcionar a gente inventa, dança, para uma aula, conta uma história, faz uma rima, a gente se reinventa naquele momento [...]”*

Para se amenizar as discrepâncias existentes entre o que se almeja no processo de inclusão e as dificuldades encontradas no desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo incluso é necessário mais do que incluir é preciso capacitar os profissionais que vão trabalhar nesta realidade. Durante toda a entrevista a professora enfatizava a precariedade existente nos cursos de formação dos docentes e as dificuldades que encontrava para adequar as atividades didáticas as necessidades do aluno.

Segundo a professora entrevistada na pesquisa, há *“algumas falhas”* no processo inclusivo e que *“Nós (os professores) não temos formação correta para esse tipo de adaptação”* ela acredita que a *“adaptação curricular deveria ser pensada com mais carinho nos cursos”* e que estes curso deveriam *“dar capacitações na prática, ensinando mesmo como preparar esse tipo de atividade (referência a atividades adaptadas)”*.

Ainda de acordo com profissional considerada a instituição em que atua oferece formação continuada por meio de capacitações constantes que abordam a temática da escola inclusiva, porém a maioria das formações apresenta a importância de inclusão, porém não trabalham o desenvolvimento prático do processo de inclusão, principalmente no que se refere às adaptações curriculares e de materiais necessárias para o desenvolvimento dos alunos incluídos.

Diante desta realidade Goffredo (1999) em um dos materiais desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) defende que a formação oferecida aos profissionais da educação não fornece subsídios para tal feito e que a mesma:

precisa concordar com a política educacional brasileira vigente que prevê a inclusão/integração dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e, também, com a oferta de serviços de Educação Especial para atender as necessidades educativas especiais. (GOFFEDRO, 2018, p.69)

Sendo assim, é possível afirmar, que na perspectiva da docente considerada, os professores não são bem formados para a inclusão e por isso não estão preparados para atuar em ações de acessibilidade ao currículo, o que contribui para uma prática docente excludente, como exposto na fala da professora:

A maioria dos professores não fazem a adaptação, eu falo por conviver com muitos. A gente percebe que devido a formação, o não entender o que é a adaptação e como trabalhar com essas crianças, na verdade, eles acabam 'produzindo' uma exclusão e não uma inclusão, porque não estão preparados para receber a criança com dificuldade especial. (professora A)

Diante disso, podemos afirmar que a docente compreenda o que são as adaptações de acesso ao currículo e produz contribuições significativas para a inclusão de seus alunos. Porém, foi possível perceber a dificuldade existente em desenvolver uma prática referente às adaptações de materiais didáticos que fomente o desenvolvimento educacional dos alunos incluídos na rede regular de ensino, justificando que apesar de desenvolver algumas adaptações ainda sente dificuldades e falta de preparo para tal ação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a observação do surgimento do processo inclusivo e a efetivação deste projeto por meio da Educação Especial com a adaptação curricular e de materiais didáticos, complementado pela observação de uma prática e perspectiva docente a respeito do assunto, conclui-se que ainda é necessário ajustes na prática e na formação docente para que seja possível desenvolver um sistema educacional realmente inclusivo que além do direito a frequência ofereça oportunidades equitativas, possibilitando a participação dos indivíduos com necessidades especiais no processo educacional.

Percebemos que os docentes não se sentem plenamente preparados para a realização integral do processo de inclusão seja pelo oferecimento de adaptações curriculares ou de materiais didáticos. Esse fato evidencia a necessidade aprofundar teoricamente o assunto e abordar o ensino prático da inclusão, considerando as formações docentes.

Conclui-se também que a figura do profissional docente é importante em todo esse processo inclusivo, porém a participação e comunicação de indivíduos como: família, cuidadores, profissionais do AEE, outros profissionais envolvidos no desenvolvimento do aluno e gestão escolar é indispensável para a consolidação do processo inclusivo.

Por fim, destacamos que para o aprofundamento e verificação da eficácia dos métodos de adaptação de materiais didáticos no desenvolvimento e aprendizagem

dos alunos com necessidades especiais faz-se necessário a ampliação desse estudo buscando analisar a participação do aluno, avaliar seu desenvolvimento, verificar se houve evolução e obter a perspectiva docente e familiar sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola:** Alunos com necessidades educacionais especiais/ Adaptações Curriculares de Grande Porte. Brasília: MEC/SEE, 2000a.

_____. **Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola:** Alunos com necessidades educacionais especiais/ Adaptações Curriculares de Pequeno Porte. Brasília: MEC/SEE, 2000b.

BRASIL. **Adaptações Curriculares** - Estratégias para a educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: CAPE/Educação Especial, 2002.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão.** Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/**Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** adaptações curriculares. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

BRASIL. Plano Nacional De Educação, Lei Nº 13.005, De 25 De Junho De 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais Da Educação Especial Para O Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica.** Do Atendimento Educacional Especializado - Aee, mec. 2008.

CORDEIRO, Ana Beatriz de Albuquerque Aragão. *A adaptação de material didático para pessoas com deficiência visual como prática formativa de professores de língua inglesa.* João Pessoa, 2017.

GARCIA, R. M. C. **O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** In : BAPTISTA, Cláudio Roberto, e col. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Editora Mediação, Porto Alegre, 2007.

GARCIA, T. B. **Materiais didáticos são mediadores entre professor, alunos e o conhecimento:** entrevista. [14 de junho, 2011]. Portal do Professor Disponível

em:<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/noticias.html?idEducacao=59&idCategoria=8>>
Acesso em: 27 de agosto, 2020. Entrevista concedida a Nilson Garcia.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flôr Sénéchal de. **Como formar professores para uma escola inclusiva?**. In Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

MONTOAN, M. T. E. **Educação para todos: desafios, ações, perspectivas da inclusão nas escolas brasileiras**, 2000. Disponível em:
<https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10633/ssoar-etd-2000-3-mantoan-educacao_para_todos_desafios.pdf?sequence=1> Acesso em: 10 de agosto, 2020.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

SALAMANCA. **DECLARAÇÃO de Salamanca e enquadramento da ação:** necessidades educativas especiais. Salamanca/Espanha: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Ministério da Educação e Ciência de Espanha, 1994.

SEBASTIAN HEREDERO, E. **A escola inclusiva estratégias para fazer frente a ela:** as adaptações curriculares. Acta Scientiarum. Education (Print). Maringá, v. 32 n 2, p. 193-208, 2010.

SILVA, O. M. da. **A epopéia ignorada:** a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.